

Questões raciais na análise do comportamento: Uma análise preliminar sobre a baixa produção da área

Racial issues in behavior analysis: A preliminary analysis of the few studies published on the topic

Cuestiones raciales en el análisis de la conducta: Un análisis preliminar de los escasos estudios publicados sobre el tema

Talissa de Souza Silva¹, Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli¹, Táhcita Medrado Mizael²

[1] Universidade Federal do Mato Grosso do Sul [2] Universidade de São Paulo (USP) | **Título abreviado:** Questões raciais na análise do comportamento | **Endereço para correspondência:** Táhcita M. Mizael – Instituto de Psicologia (IP – USP). Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco F – Cidade Universitária. São Paulo/SP. CEP 05508-030 | **Email:** tahcitammizael@gmail.com | **doi:** org/10.18761/VEEM.0077.out21

Resumo: O presente trabalho teve o objetivo de investigar algumas possíveis razões sobre o porquê da baixa produção que a análise do comportamento apresenta sobre questões raciais no Brasil. Para tanto, inicialmente é traçada uma breve contextualização histórica desta área no Brasil. Em seguida, foi realizado um levantamento referente às publicações sobre questões raciais existentes nas revistas de análise do comportamento que publicam na língua portuguesa, além de dois bancos de dados, a Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e a Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (BVS). Os resultados apontaram que há, reconhecidamente, baixa produção da área em relação ao tema: apenas três estudos foram encontrados. Como forma de propor uma reflexão sobre a falta de pesquisas acerca dessa temática, segundo a perspectiva da análise do comportamento, são consideradas algumas hipóteses explicativas, como: o isolamento da área diante de outras abordagens da Psicologia; o perfil da Psicologia brasileira como curso criado para as elites; os projetos pedagógicos da Psicologia, que pouco trabalham as questões raciais; e a demora na implementação das ações afirmativas nas Universidades brasileiras.

Palavras-chave: questões raciais; racismo; análise do comportamento. de gênero.

Abstract: This study aimed to investigate some of the possible reasons to the few studies that behavior analysis has on racial issues in Brazil. Therefore, we initially outline a brief historical context of this area in Brazil. Then, a brief review was carried out regarding publications on racial issues in behavior analysis journals that publish in Portuguese, in addition to two databases, Scientific Eletronic Library Online (SciELO) and the Virtual Health Library – Psychology (BVS). The results showed that there are few studies in the area regarding the theme (three studies were found). As a way of proposing an essay on the lack of research on this topic within behavior analysis, we considered some explanatory hypotheses for this, such as the isolation of the area from other approaches to psychology, the profile of Brazilian Psychology as a course created for the elites, the pedagogical projects in psychology, which rarely address racial issues, and the delay in implementing affirmative action in Brazilian universities.

Keywords: racial issues; racism; behavior analysis.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo investigar algunas posibles razones sobre la baja producción que tiene el análisis de la conducta en temas raciales en Brasil. Por lo tanto, inicialmente delineamos un breve contexto histórico de esta área en Brasil. Luego, se realizó una revisión sobre las publicaciones sobre temas raciales en revistas de análisis de la conducta que publican en portugués, además de dos bases de datos, a Scientific Eletronic Library Online (SciELO) y la Biblioteca Virtual en Salud – Psicología (BVS). Los resultados mostraron que hay poca producción en el área con respecto al tema (se encontraron tres estudios). Como forma de proponer una reflexión sobre la falta de investigación sobre este tema dentro del análisis de la conducta, consideramos algunas hipótesis explicativas para esto, como el aislamiento del área de otros enfoques de la psicología, el perfil de la Psicología brasileña como un curso creado para las élites, los proyectos pedagógicos en psicología, que casi no abordan los temas raciales, y el retraso en la implementación de acciones afirmativas en las universidades brasileñas.

Palabras clave: cuestiones raciales; racismo; análisis de la conducta.

Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no quarto trimestre do ano de 2019, 56,8% da população brasileira era negra, sendo 47,3% autodeclarados pardos e 9,5% pretos. Sendo assim, os negros, que segundo o IBGE são a soma dos pretos e pardos, representam a maioria da população do Brasil (PNAD Contínua, 2019).

Apesar de ser maioria no país, a população negra é, também, a que possui os piores indicadores sociais no que se refere à educação, às condições de moradia, à taxa de alfabetismo, ao rendimento médio mensal, à taxa de desocupação (desemprego), entre outros (DATASUS, 2018; IBGE, 2018). A melhor explicação para tais disparidades, de acordo com diversos autores, é o racismo (e.g., Bento & Carone, 2002; Hasenbalg, 1979; Hasenbalg & Silva, 1988; Organização das Nações Unidas, 2018; Telles, 2003). O racismo pode ser definido como uma “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (Almeida, 2019, p. 32)¹.

A população negra carrega as marcas históricas da escravidão, como a tentativa de furtar seus valores e identidade, a imposição da cultura europeia, que buscou de todas as formas, incluindo a catequese, tentar apagar as raízes e a cultura africana (e.g., Nascimento, 2016). Há um custoso avanço na responsabilização histórica do Estado, mas é possível notar a elaboração, implementação e ação de políticas públicas que buscam reparar os danos causados e atender à necessidade de responsabilização sobre os acontecimentos, assim como reparação dos prejuízos históricos impingidos à população negra (Carias & Silva, 2016).

Psicologia e Questões Raciais

No ano de 1978, surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU), que se voltou a lutar e combater o racismo, o preconceito racial e a discriminação no Brasil, a partir de atuação política, social e cultural, visando construir uma sociedade em que sejam banidas todas as formas de exploração (MNU, 2006). Em São Paulo, em meados dos anos 90, duas organizações não governamentais do MNU foram cruciais para os debates que envolviam a Psicologia em temas como racismo, sexismo e igualdade racial e de gênero no Brasil: o Instituto AMMA Psique Negritude e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT). Outras regiões, como os Estados de Pernambuco e da Bahia, também se articularam em conjunto com o psicólogo social Marcus Vinicius da Silva, o Observatório Negro e o MNU para que essas temáticas fossem institucionalizadas no Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017).

Em 2002, o CFP aprovou a Lei nº 018/22, que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial” (CFP, 2002). Entre as normas, aparece a colaboração dos psicólogos em se posicionarem e a não se omitirem e/ou serem coniventes em situações que se deparem com o racismo, que vale lembrar, é crime no país, bem como não exercer ações ou utilizar instrumentos e técnicas profissionais que colaborem, reforcem e/ou mantenham preconceitos, estereótipos e discriminação racial (CFP, 2002).

Além disso, é possível observar também um aumento de estudos publicados que se dedicaram a estudar a relação entre a Psicologia e questões raciais (e.g., Castelar & Santos, 2012; Martins et al., 2013; Santana et al., 2018; Sacco et al., 2016; Santos & Schucman, 2015; Santos, Schucman, & Martins, 2012; Suleiman, 2014). Vale também destacar que a área que mais tem se debruçado nesses estudos é a Psicologia Social (e.g., Bento & Carone, 2002; Santos & Schucman, 2015; Damasceno & Zanello, 2018).

Em 2017, o CFP publicou as referências técnicas para a atuação de profissionais de Psicologia no que diz respeito às relações raciais, como forma de responder à demanda apresentada pelo movimento negro em relação à produção de conhecimento

1 Vale ressaltar que outros grupos não-brancos também sofrem racismo, mas o presente trabalho se voltará para o racismo praticado contra negros.

que contribuísse com a superação do racismo. O CFP posiciona-se, assim, a favor da democracia, da seguridade social e dos direitos humanos, assim como assumindo o compromisso de que essas discussões estariam no escopo da categoria.

Análise do Comportamento e Questões Raciais

A Análise do Comportamento se consolidou no Brasil no ano de 1961 com a chegada de Fred S. Keller, professor que deu aulas pela primeira vez na América Latina, na disciplina de *Psicologia Experimental* oferecida pela Universidade de São Paulo. Carolina M. Bori e Rodolpho Azzi tiveram destaque nesse período, pois foram os assistentes de Keller e, posteriormente, no ano de 1963, Bori seria convidada a fundamentar e implementar o curso de Psicologia na Universidade de Brasília (UnB), onde desenvolveu e aplicou o Sistema Personalizado de Ensino – PSI (Todorov & Hanna, 2010).

Esse sistema se constituiu como uma alternativa ao método tradicional de ensino; sua organização seguiu alguns preceitos básicos, como o conteúdo oferecido organizado em unidades, onde cada aluno deveria seguir os estudos no seu ritmo individual e, ao final de cada fase, esperava-se que ele possuísse domínio do assunto abordado. Para aferir o desempenho de aprendizagem, eram realizados testes recorrentes, onde o aluno poderia seguir adiante para a próxima fase ou refazer todo o processo caso o resultado não fosse satisfatório e sem sofrer nenhuma penalidade. Ao final, o aluno obtinha créditos máximos, quando todo o trabalho fosse realizado (Candido, 2017; Todorov et al., 2009).

Com o convite feito para Bori, ela e os professores Keller, Azzi e Gilmour Sherman viajaram para os Estados Unidos com o objetivo de conhecer melhor os departamentos e laboratórios de Psicologia e assim, utilizá-los como base e referência para o curso de Psicologia que seria fundado no Brasil. Destaca-se também que a Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962, que regulamenta a Psicologia como profissão e dispõe sobre o currículo de formação de psicólogas e psicólogos (BRASIL, 1962) havia sido aprovada recentemente àquela época. Durante a visita de Bori aos laboratórios e departamentos

no exterior, foi possível observar que todos os locais visitados estavam se dedicando a uma área em comum: a pesquisa experimental (Candido, 2017).

Essa tendência iria se refletir no Brasil, e, segundo Cesar (2002), entre os anos de 1961 a 1975, o número de pesquisas básicas e aplicadas publicadas no país foi de aproximadamente 20, enquanto a quantidade de pesquisas teóricas era próxima de zero. A autora também aponta a importância do professor Keller, pois os alunos que tiveram contato com suas aulas na sua primeira vinda ao Brasil deram continuidade aos seus estudos, e foram propagadores da análise experimental do comportamento no país.

Apesar de a análise do comportamento ter se ampliado no país, com diversos professores atuando nas cinco regiões e em mais de 20 Estados, no que se refere à sua relação com as questões raciais, é possível afirmar que o racismo é pouco estudado. Por exemplo, Castelli (2016), após a realização de uma busca nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e da Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi), com os descritores “análise do comportamento”, “racismo” e “preconceito racial” naquele ano, não encontrou nenhum resultado. Além disso, Mizael, Gomes e Silva (2019) fizeram uma revisão dos estudos sobre questões raciais na análise do comportamento, em que foram analisados mais de 10 periódicos da área e publicações nas línguas inglesa e portuguesa, de qualquer período. Somente 10 estudos foram encontrados, a maioria (sete) publicados por pesquisadores estrangeiros, enquanto apenas um estava na língua portuguesa (embora tivesse sido publicado em uma revista internacional).

Por que a análise do comportamento pouco tem se voltado para essa temática? Será que os analistas do comportamento brasileiros não possuem interesse em pesquisar questões raciais? Será que existem barreiras que têm dificultado esse tipo de estudo na área? Com o intuito de encontrar hipóteses explicativas para essas questões, o objetivo deste trabalho foi realizar um ensaio buscando hipotetizar alguns motivos para a baixa produção científica que a análise do comportamento apresenta sobre o tema questões raciais, entendendo como o panorama histórico da área e da Psicologia podem ter contribuído para o baixo número de estudos encontrados na área.

Inicialmente, uma nova busca foi realizada, para a obtenção do número atualizado de estudos da análise do comportamento sobre questões raciais. Em seguida, são hipotetizadas como a constituição histórica e contextual da Psicologia e, especificamente da análise do comportamento, podem ter auxiliado para a baixa produção vigente da área.

Desenvolvimento

Esse trabalho pode ser classificado como um ensaio, um tipo de pesquisa teórica e que, portanto, consiste em investigar teorias e conceitos psicológicos, em que comumente são expostas lacunas, ambivalências, insuficiências e contradições da Psicologia. Esse tipo de método analisa o *background* histórico da teoria abordada, neste caso, a análise do comportamento, instigando e promovendo novas pesquisas sob uma outra ótica (Laurenti, et al., 2016).

Conforme aponta Dittrich (2011), as principais funções de um trabalho teórico são: a) sugerir posições éticas e epistemológicas consideradas compreensíveis e adequadas; b) promover um diálogo com outros modelos de pensamentos filosóficos e científicos, apontando semelhanças, influências históricas, diferenças etc.; e/ou c) ampliar o entendimento e intervenção da análise do comportamento sobre o fenômeno estudado.

Para ter conhecimento sobre as publicações da análise do comportamento focadas em questões raciais, foi conduzida uma busca com as palavras-chave *racismo*, *“preconceito racial”* e *“análise do comportamento”*, nas bases de dados da SciELO e BVS-Psi, nas três revistas brasileiras de análise do comportamento: Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC); Revista Brasileira de Análise do Comportamento (ReBAC); e Revista Perspectivas em Análise do Comportamento. Além destas, foi incluído um periódico internacional, escolhido por publicar textos nas principais línguas latinas, incluindo a língua portuguesa (*Acta Comportamentalia*).

Os textos foram lidos na íntegra e foram realizados fichamentos contendo as principais informações dos artigos. Esse material foi utilizado na primeira parte da análise; isto é, na avaliação do número de trabalhos publicados da área sobre questões raciais.

Para a segunda parte, referente à elaboração das hipóteses explicativas da baixa produção encontrada, foram selecionados textos relacionados à história da análise do comportamento, assim como trabalhos sobre o currículo de Psicologia, sobre a Psicologia e as relações étnico-raciais, além da temática de ações afirmativas nas Universidades públicas.

Primeira Parte: Quantificação da Produção da Análise do Comportamento no Brasil sobre Relações Raciais

Na busca realizada na revista *Acta Comportamentalia*, foi possível encontrar dois trabalhos publicados, o primeiro intitulado *“Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios”*, escrito por Mizael e de Rose (2017), cujo objetivo foi relacionar pesquisas experimentais com reflexões teóricas como forma de sistematizar como a análise do comportamento tem abordado a temática do preconceito racial. O segundo trabalho, também de autoria de Mizael em parceria com Sampaio, intitulado *“Racismo Institucional: Aspectos Comportamentais e Culturais da Abordagem Policial”*, explanou sobre algumas interpretações do racismo institucional, a partir de uma análise da abordagem policial (Mizael & Sampaio, 2019).

Já na base de dados da SciELO, o único trabalho encontrado foi *“Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se ‘Tornaram Negras’”*, escrito por Tavares e Kuratani (2019), que trata de um relato de atendimento clínico de duas mulheres autodeclaradas negras, abordando a importância de o profissional estar capacitado para lidar com as demandas da população.

Na base de dados BVS-PSI e nos periódicos RBTCC, ReBAC e Revista Perspectivas em Análise do Comportamento, não foram encontrados trabalhos publicados acerca desta temática. Isto significa que, de todas as revistas específicas de análise do comportamento que publicam em português, apenas uma apresentou resultados, a revista *Acta Comportamentalia*, com apenas dois trabalhos.

Desta forma, fica evidente que, dentre todas as revistas que publicam em português, os trabalhos publicados em periódicos de análise do comportamento sobre questões raciais são extremamente escassos: apenas uma revista apresentava dois trabalhos publicados que se configuram na temática

do presente texto, e, destaca-se que ambos são da mesma autora. Comparando o número de artigos encontrados desde o levantamento realizado por Castelli, em 2016, verifica-se que, nos últimos cinco anos, apenas um estudo foi publicado na base de dados da SciELO. Assim, confirma-se a falta de investimentos de trabalhos sobre a temática de interesse deste artigo.

Segunda Parte: Possíveis Hipóteses para o Baixo Número de Estudos da Análise do Comportamento sobre Questões Raciais

Utilizando as ferramentas que a pesquisa teórica dispõe, assim como mencionadas previamente, a seguir, são desenvolvidas possíveis interpretações sobre a escassez de trabalhos sobre questões raciais na análise do comportamento. Hipotetiza-se que: a) O caráter experimental da análise do comportamento e o isolamento da área acarretam pouco diálogo com outras áreas, cuja produção sobre questões raciais é maior do que a produção investida pela análise do comportamento (e.g., Psicologia social, Psicologia do desenvolvimento); b) a Psicologia historicamente como uma área elitista, voltada para as camadas mais abastadas da sociedade e, conseqüentemente, em sua maioria, brancas, não promove discussões sobre raça e representa, assim, uma barreira para a inserção de estudantes negros e pobres no curso; c) os projetos pedagógicos dos cursos de Psicologia, por raramente abordarem o tema racismo/questões raciais, propiciam pouco contato dos psicólogos em formação com o tema; e d) a demora na implementação das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas, acarretando atraso das produções científicas sobre o tema (uma vez que muitos alunos negros começaram a fomentar o debate sobre questões raciais, antes praticamente ausentes).

O Isolamento da Análise do Comportamento e o Interesse em Pesquisas Experimentais

Conforme mencionado na introdução deste artigo, o uso de pesquisa experimental é uma das grandes marcas da análise do comportamento tanto no Brasil como no exterior, e também uma prática frequente. Assim, foi grande o interesse em trazer a pesquisa experimental para o ensino nas univer-

sidades e a sua prática expressiva por muitos anos, conforme salienta Matos (1998, p. 96), foi a de que “[...] Essas duas primeiras e fortes condições iniciais marcaram a prática da Análise do Comportamento no Brasil pelos próximos quinze anos: pesquisa básica com animais e pesquisa aplicada [...]”, fazendo com que por um período de tempo ambas se tornassem sinônimos (i.e., análise do comportamento e pesquisa experimental como sinônimos). Conforme Tourinho (2006), o alto interesse por pesquisas experimentais, especialmente para processos básicos de aprendizagem, se relacionou com uma baixa produção com relação ao domínio filosófico-conceitual. Além do interesse pela pesquisa experimental, ainda há o isolamento da área.

Nos Estados Unidos, havia alguns questionamentos sobre a análise do comportamento estar isolada das outras áreas. Em 1940, com a introdução do primeiro grupo de praticantes dessa área, essa percepção se tornou generalizada. De um lado, havia o relato da geração que expressava o sentimento de isolamento por conta da rejeição do modelo de pesquisa experimental de sujeito único. De outro, aqueles que estavam de fora da área e que apontavam posturas rígidas dos analistas do comportamento diante de tudo que não estivesse de acordo com o que era delimitado pelo próprio campo (Strapasson et al., 2017). O mesmo fenômeno se repetia aqui no Brasil, mesmo que fosse com algumas características diferentes. Ao se referir à rejeição da própria Psicologia aos precursores da análise do comportamento e seus adeptos, Banaco, (1999, p. 548), descreve que “[...] Formamos um ‘gueto’ de pessoas que se esquivam da punição promovida pelo fato de sermos rejeitados pelos outros, afastando-nos dos diferentes e aproximando-nos daqueles que terão maior chance de reforçar nosso comportamento [...]”. E, assim, o autor conclui que o analista do comportamento acabou por se comportar de uma forma que poderia ser qualificada como “preconceito inverso”; isto é, ao rejeitar tudo aquilo que não se configurava com prática ou pensamento de consonância com a análise do comportamento, acabou se isolando como área.

Uma vez que a temática de questões raciais tem sido amplamente estudada pelas ciências sociais e por outras áreas da Psicologia (e.g., a Psicologia social), ambas possuindo metodologias diferentes de pesquisa e pressupostos filosóficos distintos da aná-

lise do comportamento, é possível argumentar que uma das razões pelas quais a análise do comportamento pouco tem se debruçado sobre o tópico das questões raciais é que, grosso modo, os métodos de investigação em outras áreas da Psicologia e nas ciências sociais, amplamente qualitativos, podem ser considerados menos rigorosos, do ponto de vista da análise do comportamento. Além disso, como já existe uma separação entre a análise do comportamento e as outras áreas/abordagens da Psicologia, as quais possuem maior histórico de investigação sobre questões raciais, é possível que os analistas do comportamento tenham poucas chances de entrar em contato com temáticas relacionadas à raça, por estas estarem mais presentes nas demais áreas do conhecimento, como as ciências sociais, e/ou da Psicologia (e.g., Psicologia Social).

Um estudo feito por Strapasson et al. (2017) sobre a comunicação entre áreas da Psicologia e a análise do comportamento aponta que um dos aspectos que contribui para o isolamento da área no país está relacionado a um diálogo mais rígido, ou seja, que o uso dos termos técnicos restringe o alcance da área, que contribui para um campo que pouco excede seus próprios limites. Na mesma linha, Banaco (1999) afirma que, quando rejeitamos tudo aquilo que não é semelhante a nós, estamos no comportamento de maneira a punir aqueles que pensam diferente da comunidade. Transpondo este comentário para o tópico de questões raciais, é possível pensar que, por historicamente a análise do comportamento não trabalhar com as questões raciais, estudantes e profissionais da área formem relações de diferença entre a análise do comportamento e outras áreas, de modo que, por exemplo, se a Psicologia Social estuda questões raciais, então a análise do comportamento estudaria outras temáticas (e.g., processos básicos de aprendizagem; leitura e escrita).

A sugestão de Strapasson et al. (2017) é de que haja mais publicações em periódicos e meios de comunicação que não sejam exclusivos da área, assim como tratar de temas que não estejam tradicionalmente relacionados à análise do comportamento, fazendo com que outras áreas acessem, por meio do método e da teoria comportamental semelhanças de ideias e possibilidades de desenvolver em conjunto formas para superar problemas, o que acarretaria um enriquecimento para a ciência.

Essa sugestão corrobora o que Mizael e de Rose (2017) apontam, ou seja, que existe uma possibilidade de diálogo entre a Análise do Comportamento e a Psicologia Social, por exemplo. Esta se daria a partir de análises teóricas, como as apontadas pelos autores, pois estas “[...] tem possibilitado também uma articulação entre os conceitos amplamente difundidos na Psicologia social e as terminologias adotadas pela análise do comportamento [...]” (Mizael & de Rose, 2017, p. 373).

O Perfil da Psicologia no Brasil e a Psicologia como um Curso Historicamente Voltado para as Classes Mais Abastadas

Uma pesquisa feita por Macedo et al. (2018) examinou o perfil sociodemográfico dos estudantes de Psicologia no Brasil, com base em uma amostra de dados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes do Ensino Superior (ENADE). Foi possível observar que há uma predominância de mulheres, característica que marca a profissão desde a sua origem no Brasil (Bastos et al., 2010; CFP, 1988). A faixa etária é de estudantes até 24 anos de idade. No ano de 2009, esse número correspondia a 56,7% dos alunos, e embora ele tenha caído para 37,9% no ano de 2015, ainda continua predominante.

Com relação à raça, no ano de 2009, a população branca correspondia a 71,1% da amostra; a negra – soma de pretos e pardos, 26,3%; os amarelos, 1,6%; e os indígenas, 1%. Já no ano de 2015, esses números sofreram algumas alterações, correspondendo a 62% de brancos; 35,9% negros; 1,4% amarelos; e 0,7% indígenas (Macedo et al., 2018). É possível observar que houve um aumento da porcentagem de pessoas negras em 2015, se comparado ao ano de 2009, e essa alteração pode ter sido resultado da implementação da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições públicas (Macedo et al., 2018; Brasil, 2012).

Embora o perfil dos alunos de Psicologia esteja se modificando, especialmente após a inserção das políticas de ação afirmativa nas Universidades Federais, historicamente o curso de Psicologia é um curso voltado para a população branca, ou melhor, para a elite branca (Bock, 2015). Segundo Bastos et al. (2010), em meados dos anos 80, a Psicologia aprofundava seus estudos e reflexões sobre o exer-

cício da profissão no país, e um dos pontos tratava do caráter elitista e excludente da profissão, que afastava dos seus serviços a população pobre, pois sua prática ficava restrita ao consultório particular, que só atendia às camadas mais economicamente favorecidas da sociedade, bem como não se atentava a importantes aspectos e necessidades sociais da população brasileira (como as questões de gênero e de raça).

Ana Bock reitera essa questão, descrevendo um pouco do perfil da Psicologia nas décadas de 1960 e 1970:

Nós tínhamos, nos anos 1960 e 70, uma formação estreita para uma Psicologia que tinha lugar restrito e pequeno na sociedade brasileira. Uma Psicologia colada aos interesses da elite que lhe servia nas indústrias, nas escolas, nos consultórios e serviços de saúde, sempre na busca da adaptação dos sujeitos a uma sociedade em transformação; a uma sociedade cuja elite desenhava seu futuro como nação moderna, industrializada e urbana.

[...]

Assim, podemos dizer que a formação em Psicologia, na sua instalação nos anos 1960, configurou-se como uma formação tecnicista, autor-centrada, conteudista, guiada por um espírito colonizado que formou muitos profissionais competentes do ponto de vista da aplicação das técnicas e das teorias, naquilo que a elite brasileira precisava (Bock, 2015, pp. 114-115).

Considerando que o acesso ao ensino superior ainda é um privilégio branco e que há uma discussão sobre “cursos de elite”, a Psicologia se inclui nesse rol (Yamamoto et al., 2011). Os cursos de Psicologia possuem extensas cargas-horárias e, nos casos das universidades públicas, em que o curso é oferecido em período integral, o estudante precisa dispor de muitas horas semanais para cumprir as atividades obrigatórias à sua formação. Para os estudantes que precisam trabalhar para garantir sua subsistência, a universidade pública se torna uma realidade ainda mais distante. Além disso, os próprios professores e professoras de Psicologia tinham condições financeiras muito mais favoráveis que a de grande parte da população, sendo, em sua

maioria, brancos e, portanto, não vivendo a realidade do racismo em suas peles e não aprendendo sobre questões raciais, ao longo de suas vidas (e.g., Nascimento, 2016).

Ausência de Discussões sobre Raça nos Currículos dos Cursos de Psicologia

Com relação aos currículos do curso de Psicologia, diversos estudos têm destacado que os cursos de Psicologia pouco trabalham com a temática das relações raciais (e.g., Khouri & Castelar, 2016; Espinha, 2017; Meireles et al., 2019; Santos & Schucman, 2015; Schucman, 2014). Espinha (2017), por exemplo, analisou uma amostra dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Psicologia no Brasil, tendo como foco principal as questões raciais. Foi possível constatar que, dos 35 projetos analisados, as palavras “racial”, “racismo”, “raça” e “branca” aparecem no projeto de 15 cursos, citadas no máximo duas vezes, de forma pontual e superficial.

Outros estudos mostram também que, além de haver poucas discussões sobre questões raciais, em especial sobre preconceito racial e racismo, praticamente não há discussão sobre branquitude e privilégio branco, entendido como uma construção sócio-histórica que parte da ideia de uma superioridade racial branca, resultando em uma sociedade estruturada pelo racismo, onde os indivíduos brancos são favorecidos com privilégios em setores como educação, saúde, segurança, emprego etc. (Schucman, 2014). Ou seja, quando as discussões existem, são sobre os “outros” (negros), como se o branco não tivesse uma raça (e.g., Bento & Carone, 2002; Schucman, 2014). Além disso, existem também evidências de que os professores e professoras de Psicologia raramente discutem o racismo científico (e.g., Mayorga, 2013) e que é escasso o uso de autoras e autores que fogem do eixo Europa Ocidental-Estados Unidos (e.g., Meireles et al., 2019).

Na análise do comportamento, conforme supramencionado, a professora Carolina M. Bori foi um nome bastante importante para a área. Carolina era comprometida com a área e com o novo modo de fazer ciência na Psicologia. Além de ter sido uma das pioneiras da área no país, foi também a primeira orientadora de doutorado da área, responsável por formar diretamente nove dos 35 orientadores da área

até o ano de 2007. Dentre esses nove analistas do comportamento, podemos destacar grandes nomes como: Deisy G. Souza, Júlio C. de Rose, Maria do C. Guedes, Silvio P. Botomé, entre outros (Dutra, 2019).

Todos esses pesquisadores foram responsáveis, de alguma maneira, pela disseminação da análise do comportamento no Brasil, contribuindo direta e indiretamente: Diretamente, pois um professor é capaz de formar muitos alunos em um ambiente acadêmico, e indiretamente, pois esses alunos poderão ensinar outros alunos posteriormente, bem como disseminar esse conhecimento em outros ambientes (Dutra, 2019). Dos 35 professores doutores mencionados acima que se mantiveram ativos durante a divulgação da área no Brasil até o ano de 2007, e de acordo com nossa busca de trabalhos sobre questões raciais na análise do comportamento, somente um professor publicou sobre o tema: o professor Júlio de Rose.

A Demora para a Implementação das Ações Afirmativas no Brasil e, Consequentemente, para o Aumento no Número de Alunos Negros e Pobres

As ações afirmativas estão relacionadas a uma série de medidas e políticas públicas que têm o objetivo de garantir a participação de grupos discriminados no passado a espaços que antes havia pouca ou nenhuma inserção, como saúde, educação, emprego, aquisição de bens materiais etc. O termo surge nos Estados Unidos nos anos 1960, pois os norte-americanos viviam um momento histórico de reivindicação de exigências democráticas, o que incluía a igualdade de oportunidades para todos. A luta do movimento negro e a eliminação das leis segregacionistas como forma de ampliar o acesso a direitos civis acarretou no desenvolvimento das ações afirmativas, que exigiam – do Estado – compromisso e postura ativa para que essas condições de acesso igualitário fossem garantidas à população negra (Moehlecke, 2002).

Aqui no Brasil, essas discussões começaram a surgir de forma pontual, quando técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manifestaram interesse em criar uma lei que obrigasse às empresas privadas a destinarem uma porcentagem das vagas para a população negra, mas essa lei não passou do plano das dis-

cussões. Nos anos 1980, surgiram novas discussões sobre um projeto de lei neste sentido, mas o projeto, mais uma vez, não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Desta maneira, o movimento negro no Brasil se reorganiza e se mobilizava e, após reivindicar seus direitos, consegue alcançar algumas vitórias como, por exemplo, a Fundação Cultural Palmares, que teria função de apoiar a ascensão social da população negra (Moehlecke, 2002).

Após muita luta, realizada pelos movimentos negros e outros movimentos e pessoas em prol da justiça e da equidade no país, no dia 20 de julho de 2010, foi aprovada a Lei 12.288, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial como forma de garantir a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnico-raciais e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnico-racial (Brasil, 2010). No parágrafo VI do art. 1, há menção às ações afirmativas, que são medidas e programas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada, como formas de corrigir as desigualdades raciais e de promover a igualdade de acesso a oportunidades (Brasil, 2010).

É possível observar que o número de universidades federais aderindo a tais mudanças atingiu um pico em 2008, com 12 universidades, e isso pode ter sido ocasionado devido ao Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O segundo pico ocorreu no ano de 2013, com 21 universidades, e isso pode ter sido acarretado pela lei 12.711 que, conforme supramencionada, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais (Freitas et al., 2020).

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras [IFES] (FONAPRACE, 2019), teve o objetivo de conduzir um levantamento, com abrangência nacional, sobre o perfil dos estudantes presentes no curso de graduação presencial das IFES. Na edição anterior desta pesquisa, foi possível observar que houve mudanças significativas no ano de 2014, se comparados aos dados de 2003 e de 2010, e elas podem estar atreladas a políticas de ações afirmativas. Segundo o relatório:

Em 2014, as IFES eram mais negras. Em 2003, autodeclarados (as) brancos (as) somavam

59,4% da população dessas instituições, em 2010 esse índice cai para 53,9% e em 2014/5 chega a 45,7%. Na tendência oposta, autodeclarados (as) pretos (as) tinham crescido em participação nas IFES na respectiva cronologia de 5,9%, para 8,7% e 9,8%. Pardos (as), na mesma trajetória, foram de 28,3% para 32,1% e em 2014/5 compunham 37,8% da população-alvo. Em outras palavras, 47,6% dos (as) estudantes das IFES eram negros (as), em 2014. Em valores absolutos, quase triplicou sua participação, comprovando o efeito das políticas de democratização do acesso (FONAPRACE, 2019, p. 8).

Levando em consideração que os alunos e alunas de Psicologia de todo o Brasil têm sido expostos a uma formação deficitária no que se refere às relações raciais (e.g., Khouri & Castelar, 2016; Espinha, 2017; Meirelles et al., 2019; Santos & Schucman, 2015; Schucman, 2014); que muitas professoras e professores dessas instituições, incluindo os de análise do comportamento são, em sua maioria, brancos, incluindo boa parte dos alunos, isto é, nem os professores e nem boa parte desses alunos com essa formação deficitária foram vítimas de práticas racistas, além de, provavelmente, não terem aprendido sobre branquitude, sobre privilégio branco e, de maneira mais geral, sobre o papel dos brancos em uma sociedade racista (e.g., Bento & Carone, 2002; Schucman, 2014); hipotetiza-se que a entrada de alunos pobres e negros nas universidades públicas, as quais são responsáveis pela produção de grande parte das pesquisas no país, fomentou discussões sobre questões raciais, de gênero, de classe, entre outras (Queiroz, 2021).

Em outras palavras, uma vez que vários alunos que entraram após a promulgação das leis de ações afirmativas nas universidades públicas experimentaram os efeitos do racismo ao longo de suas vidas, estes perceberam que os currículos de Psicologia eram voltados a uma realidade da qual, muitas vezes, não faziam parte. Isto é, um curso voltado para pessoas de classe social média-alta e alta, focado em uma literatura europeizada e norte-americana que não é adaptada para o contexto socio-político-cultural brasileiro (Martin-Baró, 1997; Veiga, 2019), fez com que esses alunos questionassem seus professores e professoras sobre o porquê da ausência

de temáticas de relações raciais. De fato, a importância da entrada destes alunos e, conseqüentemente, de suas demandas sobre a inserção de questões raciais em seus currículos, foi evidenciada em matéria recente, publicada pela Revista FAPESP: uma professora do curso de Medicina, por exemplo, explica que criaram uma disciplina que abarcasse as questões étnico-raciais, de modo a “atender demandas que surgiram com o ingresso de estudantes cotistas” (Queiroz, 2021, para. 2). Em outro relato, dado por uma psicóloga, esta relata:

Minha motivação para estudar o assunto surgiu da constatação de que todas as referências bibliográficas da graduação em psicologia costumam ser de autores brancos, europeus ou norte-americanos [...] No Brasil, dentre as ciências humanas, a psicologia foi uma das últimas disciplinas a olhar para as populações de ascendência negra e indígena, algo que aconteceu mais sistematicamente somente no século XXI (Queiroz, 2021, paras. 9-10).

Neste sentido, uma maneira de fortalecer tal hipótese, a ser perseguida em estudos futuros, pode ser a comparação do número de pesquisas sobre questões raciais na análise do comportamento antes e depois da inserção das ações afirmativas. Embora seja relativamente precoce fazer tal afirmativa, com base nos estudos encontrados da área que versam sobre questões raciais, pode-se afirmar que, antes das ações afirmativas, nenhum trabalho foi publicado na análise do comportamento sobre questões raciais na língua portuguesa, conforme revelou nossa busca. Após a implementação das ações afirmativas nas universidades, foram encontrados três artigos. Se esse número for crescente ao longo dos anos, pode-se verificar a correlação entre ambos e, talvez, investigar se essa é também uma relação causal. Também pode ser interessante comparar a produção, ao longo do tempo, de outras localidades (fora do Brasil), para investigar se essa relação também ocorre em outros países. Essa seria uma maneira de verificar se o aumento no investimento, por meio das ações afirmativas e inclusão de alunos negros repercute sobre a produção local.

As ações afirmativas abrangem também professores, pelo menos nas universidades federais, visto

que há uma lei de cotas no serviço público federal. Portanto, é possível pensar também na maior entrada de professores negros e professoras negras nas universidades e como isso impacta, mesmo que eles não discutam relações raciais. Esse seria outro tema importante de ser abordado em estudos futuros.

Considerações Finais

O objetivo do presente estudo foi realizar um ensaio no qual fossem levantadas hipóteses possíveis de razões para a baixa produção da análise do comportamento nos tópicos relativos às questões raciais. A escassa produção encontrada nos periódicos de análise do comportamento sugere como o isolamento da área, a sua linguagem rígida e o número desigual de pesquisas mais voltadas a outros temas, como desenvolvimento atípico (mais especificamente, intervenções para crianças autistas) e comportamento verbal, conforme aponta Jardim (2018), deixam à mostra a fragilidade da área em relação a pesquisas voltadas a questões sociais, de maneira geral, e raciais, de maneira mais específica.

Documentos como as referências técnicas “Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os”, produzidos pelo CFP (2017) apontam a preocupação da Psicologia brasileira com as questões raciais, com a proposição de contribuir com a atuação dos profissionais de Psicologia frente à essa temática. Entretanto, a realidade dos cursos de graduação em Psicologia, evidenciada pela análise dos projetos pedagógicos, denuncia a urgência na qual acadêmicos da Psicologia, psicólogas e psicólogos, em geral, precisam repensar os projetos pedagógicos para incluir essas temáticas no curso, além de atuarem de maneira crítica, alinhada ao contexto social brasileiro e preocupados com questões estruturais, como o racismo e o machismo presentes em nossa sociedade.

Embora discussões sobre questões raciais sejam apontadas como importantes para a atuação do profissional, como os profissionais e estudantes da Psicologia estarão aptos para lidar com questões raciais e outras questões relativas à diversidade, considerando que há uma preparação ainda insuficiente na formação acadêmica para entender sobre as relações raciais? Isso se torna importante

especialmente quando se verifica que grande parte desse contingente de profissionais atua no sistema público de saúde, no qual a maioria dos pacientes é negra (DIEESE, 2016). Tendo em vista a ausência de discussão sobre raça, racismo e termos relacionados prevista pelos projetos pedagógicos, é importante que haja um movimento das universidades para mudar esse cenário, abrangendo essa temática de maneira crítica e alinhada com a valorização da equidade, da diversidade e dos direitos humanos. É relevante ressaltar que, ao inserir tal temática, as universidades estarão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, do Ministério da Educação, de 2009 e com o Estatuto da Igualdade Racial, assinado em 20 de Julho de 2010, o qual determina que todas as Instituições de Ensino, em todos os níveis e modalidades, devem desenvolver nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes (MEC, 2009).

A hipótese de que a ausência das ações afirmativas durante muitas décadas contribuiu para a escassez do número de estudos sobre questões raciais na análise do comportamento deve ser investigada em estudos futuros, uma vez que, atualmente, é possível ver uma tendência de aumento nos estudos, que se correlaciona ao aumento do acesso de pessoas negras e pobres na universidade. Entretanto, só será possível ver resultados mais robustos ao longo dos anos, visto que as ações afirmativas só foram estabelecidas em nível nacional nas universidades em 2012.

Esse trabalho apresenta diversas limitações. Por ser uma pesquisa teórica, são sugeridas apenas hipóteses explicativas, que devem ser avaliadas empiricamente em estudos futuros. Além disso, nem sempre foi possível encontrar dados robustos para amparar nossas hipóteses, como dados completos sobre o número de alunos ingressantes nas Universidades Federais por ano, agregados (de todas as universidades federais) e com separação por gênero, raça e classe social. A ausência de dados quantitativos prejudica a compreensão de diversos fenômenos, incluindo as mudanças no perfil

dos alunos de universidades federais, ao longo dos anos. O uso de poucas palavras-chave pode ter impedido o resgate de um número maior de trabalhos, além de estudos sobre temas específicos, como branquitude e privilégio branco, que estão dentro do escopo de questões raciais.

Conforme aponta Jardim (2018), as futuras pesquisas em análise do comportamento devem continuar considerando as questões raciais, seja em pesquisa básica ou aplicada, pois o número de trabalhos sobre questões raciais em ambas as áreas ainda é escasso. Espera-se que esse trabalho seja útil para pesquisadores interessados no tema, e que ele possa nortear e fomentar pesquisas futuras que tentem provar ou refutar as hipóteses que aqui foram levantadas, além de ampliar nosso conhecimento sobre relações raciais pelo viés da análise do comportamento.

Referências

- Almeida, S. L. (2019). *Racismo Estrutural*. Sueli Carneiro Pólen.
- Banaco, R. A. (1999). Podemos nos beneficiar das descobertas da ciência do comportamento? In: Banaco, R. A. (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva* (pp. 543-555). Arbytes.
- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G. & Borges-Andrade, J. E. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? In: Yamamoto, O. H. & Costa, A. L. F. (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 257-271). EDUFERN.
- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Rodrigues, A. D. A. (2010). Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos. In: Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil*. (pp. 32-44). Artmed.
- Bento, M. A. S., & Carone, I. (2002). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6ª ed. Vozes.
- Bock, A. M. B. (2015). Perspectivas para a formação em Psicologia. *Psicologia Ensino & Formação*, 6(2), 114-122. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v6n2/v6n2a09.pdf>
- Brasil. (1962). Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Brasil. (2010). Lei n.12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o estatuto da igualdade racial. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm
- Brasil. (2012). Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Candido, G.V. (2017). Novas perspectivas para a história do sistema personalizado de ensino: Seus fundadores. *Memorandum*, 33, 51-67. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6651>
- Carias, A. R., & Silva, R. L. (2016). *Violência de estado e racismo institucional: A Psicologia na produção científica nacional*. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. <http://www.crpasp.org.br/marcusvinicius/artigos/VIOLENCIA%20DE%20ESTADO%20E%20RACISMO%20INSTITUCIONAL%20A%20PSICOLOGIA%20NA%20PRODUCAO%20CIENTIFICA%20NACIONAL.pdf>
- Castelar, M., & Santos, C. C. O. (2012). Relações raciais no ensino de Psicologia: Uma experiência de sensibilização. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 1(1), 75-86. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rps.v1i1.43>
- Castelli, M. Z. (2016). *Intervenções para redução de preconceito étnico: Efeitos sobre preconceito implícito e percepção de pares em escolares*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. <http://doi.org/10.11606/D.47.2016.tde-09112016-152823>
- Cesar, G. (2002). *Análise do comportamento no Brasil: Uma revisão histórica de 1961 a 2001, a partir de publicações*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP. <http://www.itechcampinas.com>

- br/itech_textos/historiadaanalisedocomportamentonobrasil.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (1988). Quem é o psicólogo brasileiro? CFP. Recuperado de: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2002). Resolução 018/2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. CFP. Recuperado de: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF
- Conselho Federal de Psicologia (2017). Relações raciais: referências técnicas para a atuação psicólogas (os). CRP. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf
- Damasceno, M. G., & Zanello, V. M. L. (2018). Saúde mental e racismo contra negros: Produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 450-464. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>
- Datasus (2018). *Estatísticas vitais*. Recuperado de: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2016). *Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro* <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-final-Projeto-2-1.pdf>
- Dittrich, A. (2011). Possibilidades da investigação conceitual/filosófica na análise do comportamento. *Interação em Psicologia*, 15(especial), 27-33. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v15i0.25369>
- Dutra, T.C.R. (2019). História da análise do comportamento: genealogia acadêmica dos orientadores de doutorado até 2007. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22427>
- Espinha, T.G. (2017). *A temática racial na formação em Psicologia a partir da análise de projetos político-pedagógicos: silêncio e ocultação*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP. http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/331586/1/Espinha_TatianaGomez_D.pdf
- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE (2019). V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFes. <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>
- Freitas, J. B., Portela, P. E., Feres Júnior, J., Bessa, A., & Nascimento, V. (2020). Políticas de ação afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2018). Levantamento das políticas de ação afirmativa. <http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/07/Levantamento-das-AAAs-2018b.pdf>
- Hasenbalg, C. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Graal.
- Hasenbalg, C., & Silva, N. V. (1988). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Vértice.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (2001). *Relational Frame Theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. Plenum Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018). *IBGE mostra as cores da desigualdade*. 2018.: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>
- Jardim, P. H. (2018). *Análise do comportamento e o negro no Brasil: Avaliação de um procedimento de formação de classes equivalentes de estímulos relacionadas ao viés racial em adultos negros e brancos*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP. <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/Psicologia-experimental/pedro-henrique-jardim.pdf>
- Khouri, J. G. R., & Castelar, M. (2016). Percepções de estudantes sobre o debate das relações raciais na formação em psicologia. *Psicologia Ensino & Formação*, 7 (2), 53-62. <https://doi.org/10.21826/2179-58002016725362>

- Laurenti, C., Lopes, C. E. & Araujo, S. F. (2016). *Pesquisa teoria em Psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos*. Hogrefe.
- Macedo, J. P., Alves, C. de S., Bezerra, L. L. da S., & Silva, J. R. (2018). A “popularização” do perfil dos estudantes de psicologia no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 81-95. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70n2/07.pdf>
- Martin-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Martins, E., Santos, A. O., & Colosso, M. (2013). Relações étnico-raciais e psicologia: Publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(3), 118-133. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300009
- Matos, M. A. (1998). Contingências para a análise comportamental no Brasil. *Psicologia USP*, 9(1), 89-100 <https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000100014>
- Mayorga, C. (2013). *Sobre mulheres, psicologia, profissão e a insistente ausência das questões raciais*. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia: Uma profissão de muitas e diferentes mulheres* (pp. 173-200).
- MEC (2009). *Plano nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR, Ministério da Educação/MEC. http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf
- Meireles, J., Feldmann, M., Cantares, T. da S., Nogueira, S. G., & Guzzo, R. S. L. (2019). Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: Em busca de formação crítica sobre a branquitude. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 14(3), 1-15. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v14n3/09.pdf>
- Mizael, T. M., & de Rose, J. C. (2017) Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios. *Acta Comportamentalia*, 25(3), 365-377. <https://doi.org/10.1007/s40732-.014-0084-1>.
- Mizael, T. M., Gomes, A. R., & Silva, G. J. T. (2019). Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo. In: Bolsoni-Silva, A. T., Zilio, D., Gusso, H. L., Almeida, J. H. de., & Mayer, P. C. M. (Orgs.), *Comportamento em Foco 9: Análises teóricas, educação e questões sociais* (pp. 120-135). Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental.
- Mizael, T. M., & Sampaio, A. A. S. (2019). Racismo institucional: Aspectos comportamentais e culturais da abordagem policial. *Acta Comportamentalia*. 27(2), 215-231. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/69861/61628>
- Moehlecke, S. (2002). Ação afirmativa: História e debates no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, 117, 197-217. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300011>
- Movimento Negro Unificado – MNU. (2006). Estatuto do Movimento Negro Unificado. https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ESTATUTO_DO_MOVIMENTO_NEGRO_UNIFICADO-compactado.pdf
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. 3ª ed. Perspectivas.
- Organização Das Nações Unidas. (2018). *Desigualdades raciais no Brasil comprometem oportunidades de trabalho e desenvolvimento humano*. ONU Brasil. <https://nacoesunidas.org/desigualdades-raciais-27no-brasil-comprometem-oportunidades-de-trabalho-e-desenvolvimento-humano/>>
- Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>
- Queiroz, C. (2021). Impacto na ciência: Inclusão de estudantes pretos e pardos no ensino superior reverbera na produção do conhecimento. *Revista Pesquisa FAPESP*. <https://revistapesquisa.fapesp.br/impacto-na-ciencia/>
- Sacco, A. M., Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas*

- em *Psicologia*, 24(1), 233-250. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-16>
- Santana, H. M., Daltro, M. R., & Castelar, M. (2018). Relatos de psicólogas sobre sua formação no âmbito das relações raciais. *Psicologia e Saberes*, 7(9), 25-37. <https://doi.org/10.3333/ps.v7i9.813>
- Santos, A. O., Gomes, L. B. S., Muñoz, B., L., & Maia, R. L. A. (2015). Marcos regulatórios sobre relações raciais e racismo: Instrumentos para atuação do(a) psicólogo(a). *Revista Brasileira de Psicologia*, 02, 16-27. <https://portalseer.ufba.br/index.php/revbraspsicol/issue/download/Edi%C3%A7%C3%A3o%20Especial/503>
- Santos, A. de O. dos., & Schucman, L. V. (2015). Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo (as). *Revista Epos*, 6(2), 117-140. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v6n2/07.pdf>
- Santos, A. O., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 32, 166-175. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia e Sociedade*, 6(1), 83-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>
- Strapasson, B. A., Zuge, P. B., & Cruz, R. B. Da. (2017). O isolamento da análise do comportamento no Brasil: Uma análise bibliométrica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(1), 94-114. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i1.954>
- Suleiman, B. B. (2014). Psicologia e ensino das relações étnico-raciais: Uma experiência na formação de professores. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 18(2), 369-372. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182809>
- Tavares, J. S. C., & Kuratani, S. M. de A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>
- Telles, E. (2003). *Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica*. Relume-Dumará.
- Todorov, J. C., & Hanna, E. S. (2010). Análise do comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (especial), 143-153. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500013>
- Todorov, J. C., Moreira, M. B., & Martone, R.C. (2009). Sistema personalizado de ensino, educação à distância e aprendizagem centrada no aluno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 289-296. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300002>
- Tourinho, E. Z. (2006). Relações comportamentais como objeto da Psicologia: Algumas implicações. *Interação Em Psicologia*, 10(1), 1-8. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v10i1.5792>
- Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista De Psicologia*, 31(esp.), 244-248. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000
- Yamamoto, O. H. F., Falcão, T. da R., & Seixas, P. de S. (2011). Quem é o estudante de Psicologia do Brasil? *Avaliação Psicológica*, 10(3), 209-232. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000300002&lng=pt&tlng=pt

Informações do Artigo

Histórico do artigo:

Submetido em: 01/08/2021

Aceito em: 13/09/2021

Editor Associado: Marcelo V. Silveira